

## A22 - ANALISTA DO MPU - PERITO EM ENGENHARIA FLORESTAL

PROVA OBJETIVA E PROVA DISCURSIVA – NÍVEL SUPERIOR

TIPO 1 – BRANCA



### SUA PROVA

Além deste caderno de provas contendo 80 questões objetivas e uma redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- um caderno de textos definitivos para a transcrição da redação



### TEMPO

- **4 horas e 30 minutos** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação das alternativas na folha de respostas da prova objetiva e para a transcrição da redação para o caderno de textos definitivos
- **3 horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de provas
- Assinar ou rubricar o caderno de textos definitivos nem fazer qualquer marca que identifique o candidato, sob pena de anulação e automática eliminação do concurso



### INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se este caderno de provas está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências
- Na folha de respostas das questões objetivas e no caderno de textos definitivos da questão discursiva, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchimento
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul**
- Assine seu nome **apenas nos espaços reservados** na folha de respostas e no caderno de textos definitivos
- Confira o cargo, a cor e o tipo do seu caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de provas com cargo, cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas e/ou em seu caderno de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento da folha de respostas e do caderno de textos definitivos é de sua responsabilidade e, em caso de erro, não será permitida a sua substituição
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas e as transcrições no caderno de textos definitivos
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas

**Boa sorte!**



## PROVA OBJETIVA

### MÓDULO I

#### Língua Portuguesa

1

Leia o texto abaixo:

“O problema em matéria de audição vem do fato de que o cérebro é um órgão muito rápido e que se pensa muito mais depressa do que se fala. Assim que escutamos uma pessoa, solicitamos ao cérebro que trabalhe muito mais lentamente em comparação com sua capacidade. Entretanto, não chegamos realmente a reduzir a velocidade do cérebro; enquanto registramos as palavras transmitidas pelo emissor, o cérebro continua a tratar as centenas de palavras e a fazer associações de ideias. Em outros termos, quando escutamos, nos resta algum tempo livre para pensar. É o emprego desse tempo livre que torna a escuta boa ou má”.

Levando em consideração que o conteúdo temático do texto é de difícil acesso pelo leitor comum, o processo utilizado para tornar esse conteúdo mais claro foi:

- (A) indicar a estruturação do texto no início da leitura;
- (B) acrescentar exemplos práticos ao texto;
- (C) reformular as informações já dadas;
- (D) utilizar sinônimos mais comuns para termos difíceis;
- (E) repetir informações com os mesmos termos.

2

Todas as frases abaixo contêm pleonasmos, ou seja, repetições desnecessárias de palavras, que foram modificadas na reescritura dessas frases.

A frase em que o processo de reescritura NÃO elimina o pleonismo original é:

- (A) Tenho o desejo de rever de novo o filme *O Protetor 2* / Tenho o desejo de ver de novo o filme *O Protetor 2*;
- (B) Segundo ele, ele crê que esse vocábulo é um neologismo / Ele crê que esse vocábulo é um neologismo;
- (C) Os alunos dessa turma mutuamente se ajudam / Os alunos dessa turma se ajudam;
- (D) Os exterminadores de insetos eliminaram completamente as pulgas dos cães / Os exterminadores eliminaram completamente as pulgas dos cães;
- (E) Analisaram a situação e depois, em seguida, propuseram soluções / Analisaram a situação; em seguida propuseram soluções.

3

Observe a seguinte frase:

“Ele ficou esgotado porque correu muito”.

A maneira de reescrevê-la que modifica o seu sentido original é:

- (A) Se ele correu muito, ficou esgotado;
- (B) Ele sentiu-se esgotado por ter corrido muito;
- (C) Já que correu muito, sentiu-se esgotado;
- (D) Porque correu muito, ficou esgotado;
- (E) Seu esgotamento ocorreu por ter corrido muito.

4

Todas as frases abaixo empregaram processos para evitar-se a repetição de termos idênticos.

A frase em que o processo usado foi a utilização de um termo de sentido mais geral (hiperônimo) é:

- (A) Meus alunos estudaram bastante e, por isso, eles merecem uma recompensa;
- (B) Entrou na avenida batendo tambor, mas o instrumento não resistiu por muito tempo;
- (C) Arrumando os discos, decidi vender aqueles que eu não escuto mais;
- (D) O proprietário do imóvel reuniu os inquilinos e, após alguns minutos, esse grande orador nos convenceu do aumento;
- (E) Traga suas fotografias para que eu as possa ver; as minhas fotos eu mostro depois.

5

Em todas as frases abaixo, há termos de ligação sublinhados.

A frase em que esse termo se refere à estrutura do texto e não a fatos reais é:

- (A) Cheguei atrasado ao trabalho e, por causa disso, fui multado em 10% dos meus vencimentos;
- (B) À proporção que leio o livro, mais me apaixono pela figura humana de Van Gogh;
- (C) Logo após o relato de sua doença, o personagem interrompeu a narrativa por vários dias;
- (D) Os estudantes ficaram tão chateados com os resultados da prova, que decidiram fazer uma greve;
- (E) Os alunos leram os livros encomendados pelo mestre, mas alguns deles não apreciaram a tarefa.

6

Em todas as frases abaixo, as orações adjetivas sublinhadas foram substituídas por termos de sentido equivalente.

A única substituição que mostra um termo equivalente de sentido diferente do que se mostra na oração sublinhada é:

- (A) O secretário tem um caráter que muda frequentemente / instável;
- (B) Ele mostra um tipo de risada que se comunica facilmente / estridente;
- (C) Era um político que sabia tirar partido das circunstâncias / esperto;
- (D) Era um homem que mantinha sua palavra / honrado;
- (E) Eles tinham prestado ajuda a uma população que morria de fome / faminta.

7

As frases abaixo mostram uma palavra sublinhada para a qual se apresenta um substituto entre parênteses.

A frase em que o novo termo assinala uma progressão ascendente de significação é:

- (A) Picasso era um pintor talentoso (genial);
- (B) Um conflito (diferença) opõe patrões e empregados;
- (C) Foram feitos progressos notáveis (apreciáveis);
- (D) O conferencista falava de forma polida (delicada);
- (E) Seus termos foram grosseiros (vulgares).

**8**

A definição de um vocábulo deve respeitar a natureza do vocábulo.

Entre as definições abaixo, aquela que procede desse modo, tornando-se uma definição válida, é:

- (A) refutação: destruir por argumentos sólidos as afirmações de outrem;
- (B) molestar: quando se provoca violência a alguém;
- (C) indolente: deixar de trabalhar, ficar passivo;
- (D) sucintamente: expressar-se em poucas palavras;
- (E) correto: aquele que age com correção.

**9**

Observe o seguinte texto:

“Nem sempre os ditados populares dão aulas positivas; como dizia Millôr Fernandes, ‘Devagar se vai ao longe, mas quando se chega lá, não se encontra mais ninguém’”.

Nesse texto, a citação tem a função de:

- (A) participar a descoberta de um texto que traz prazer;
- (B) fazer progredir culturalmente um texto;
- (C) dar a conhecer uma opinião diversa da do autor;
- (D) indicar algo que apoia a ideia do texto;
- (E) fornecer um exemplo típico do estilo de um autor.

**10**

Observe a seguinte frase: “Dá-lhes o dinheiro necessário!”.

A única frase abaixo em que houve uma forma adequada de apassivação dessa frase é:

- (A) Que lhes seja dado o dinheiro necessário;
- (B) Dá-se-lhes o dinheiro necessário;
- (C) O dinheiro necessário lhes será dado;
- (D) Tem-lhes dado o dinheiro necessário;
- (E) O dinheiro necessário lhes teria sido dado.

**11**

Todas as frases abaixo mostram solicitações ou conselhos de forma direta ou indireta.

A frase que mostra uma forma indireta é:

- (A) Você aceita uma sobremesa?
- (B) Proíbo você de continuar com essa história;
- (C) Aconselho a todos a leitura de Guimarães Rosa;
- (D) Eu te peço para comprares a casa;
- (E) Se seu pai venceu na vida, ele trabalhou muito!

**12**

Na frase “Infelizmente, meu amigo se esqueceu de dar o aviso da entrevista para o pobre Marcelo”, cruzam-se duas funções de linguagem, que são:

- (A) referencial e fática;
- (B) conativa e metalinguística;
- (C) metalinguística e referencial;
- (D) emotiva e conativa;
- (E) fática e emotiva.

**13**

A frase abaixo que mostra uma forma verbal inaceitável em relação à norma culta da língua portuguesa é:

- (A) Se você requerer o diploma, ele lhe será dado;
- (B) Se você dispuser de dinheiro, tudo fica mais fácil;
- (C) Se você vir o filme, vai ficar contente;
- (D) Se você intervier na discussão, ela termina;
- (E) Se você dizer a verdade, será melhor para todos.

**14**

Compare as duas frases abaixo:

- Dê-me aquela caixa.

- Me dá aquela caixa.

A segunda frase mostra o seguinte efeito em relação à primeira:

- (A) atenuação do valor de formalidade;
- (B) ênfase na ideia de ordem;
- (C) supressão da polidez;
- (D) suavização da ideia de pedido;
- (E) realce da ideia de tempo presente.

**15**

Observe a seguinte frase:

“Não cheguei a assistir o início do show no final de ano”.

A frase abaixo em que o verbo “assistir” é empregado no mesmo sentido que mostra na frase acima é:

- (A) Não assiste a você o dever de estar presente;
- (B) O professor deve assistir a todos os alunos;
- (C) O avô sempre foi assistido por todos os netos;
- (D) Não se pode assistir parado a uma agressão dessas;
- (E) O médico lhe assistiu nos últimos momentos.

## Noções de Sustentabilidade

16

A Constituição Federal trouxe um rico capítulo dispondo sobre a proteção ao meio ambiente para as presentes e futuras gerações, estabelecendo que todos têm direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Em relação aos princípios, normas e regras estabelecidos no Art. 225 da Constituição Federal sobre Meio Ambiente, é correto afirmar que:

- (A) será inferior à dos combustíveis fósseis e de hidrelétricas o regime fiscal para os biocombustíveis, tecnologias de baixo carbono e para o hidrogênio verde para garantir diferenciais competitivos, especialmente em relação às contribuições parafiscais;
- (B) são consideradas cruéis as práticas desportivas que utilizem animais, ainda que sejam manifestações culturais registradas como bens de natureza imaterial integrantes do patrimônio cultural brasileiro e que assegurem o bem-estar dos animais envolvidos;
- (C) são patrimônio nacional os biomas da floresta amazônica brasileira, da mata atlântica, caatinga, pampas sulinos, serra do mar e o pantanal mato-grossense, e sua utilização far-se-á na forma de lei complementar, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais;
- (D) incumbe ao poder público e à coletividade o dever de preservar e manter os processos ecológicos essenciais naturais e promover o manejo ecológico das espécies endêmicas e exóticas dos ecossistemas;
- (E) incumbe ao poder público definir os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas apenas por meio de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justificam sua proteção.

17

A Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) é um programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima que objetiva estimular as instituições públicas do país a implementarem práticas de sustentabilidade. O programa se destina às instituições públicas das três esferas (federal, estadual e municipal) e dos três poderes da República (executivo, legislativo e judiciário).

Nesse contexto, é correto afirmar que:

- (A) essa agenda é de adesão compulsória e possibilita que a instituição parceira, por meio de organizações sociais, promova a preservação e conservação do meio ambiente, ao mesmo tempo em que otimiza a utilização dos recursos públicos em detrimento de outras áreas;
- (B) o programa está estruturado em seis eixos temáticos: uso racional dos recursos naturais e bens públicos; gestão de resíduos gerados; qualidade de vida no ambiente de trabalho; sensibilização e capacitação dos servidores; compras públicas sustentáveis; e construções sustentáveis;
- (C) o acesso a esse serviço, não reconhecido pela Unesco, ocorre por meio de assinatura do Termo de Adesão à A3P, que possui duração de cinco anos, sendo que, ao término da vigência da adesão, não é possível realizar nova adesão, de modo que ela está limitada a um único período;
- (D) o Ministério Público, durante os cinco anos de vigência da adesão, acompanhará as ações implementadas pelo órgão parceiro, prestando o assessoramento técnico necessário para o atingimento dos objetivos pactuados em plano de trabalho e corrigindo eventuais falhas;
- (E) os usuários serão atendidos consoante seu grau de prioridade e preferência, obedecidas as diretrizes de eficiência, celeridade, urbanidade e ética, de forma remota, inexistindo a possibilidade de atendimento presencial nesse programa.

**18**

As mudanças climáticas estão cada vez mais presentes em eventos recentes como as enchentes do Rio Grande do Sul ou os incêndios em Los Angeles. Nesse contexto, a partir da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, que procura estabilizar as concentrações de gases de efeito estufa, cada país está estabelecendo sua própria política pública interna. No Brasil, trata-se da Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC (Lei nº 12.187/2009).

Sobre a Lei nº 12.187/2009, é correto afirmar que a PNMC:

- (A) busca a promoção e o desenvolvimento nacional de pesquisas científico-tecnológicas, bem como a difusão de tecnologias, processos e práticas orientados a mitigar a mudança do clima por meio de sumidouros de gases de efeito estufa implantados pelo poder público, adotando as medidas de adaptação possíveis, independentemente de vulnerabilidades e do setor produtivo;
- (B) e as ações dela decorrentes, executadas sob a responsabilidade dos entes políticos e dos órgãos da administração pública, observarão os princípios da precaução, da prevenção, da participação cidadã, do desenvolvimento sustentável e o das responsabilidades comuns, porém diferenciadas, este último no âmbito internacional;
- (C) tem por finalidade o desenvolvimento econômico com a possível proteção do sistema climático, com redução das emissões naturais de gases de efeito estufa em relação às suas diferentes fontes, independentemente de fortalecimento das remoções antrópicas por sumidouros de gases de efeito estufa no território nacional;
- (D) estabelece que a adaptação necessária do contexto socioeconômico deverá ser sustentável, independentemente das comunidades afetadas, buscando segurança energética a partir de combustíveis fósseis e complementariedade de energias renováveis, de modo a compatibilizar e otimizar a produção do país em mesma proporção gradativamente;
- (E) tem como diretriz os compromissos assumidos pelo Brasil no Protocolo de Quioto para obter as ações de mitigação da mudança do clima em detrimento do desenvolvimento sustentável, com as medidas de adaptação para equalização dos efeitos adversos das mudanças e estabilidade do sistema ambiental e econômico.

**19**

A divisão de atribuições e as modalidades de cooperação entre os entes federativos foram regulamentadas por meio da Lei Complementar (LC) nº 140/2011, que estabeleceu importantes novas regras. Com efeito, o federalismo cooperativo finalmente tem, nos instrumentos de cooperação e colaboração, ferramentas relevantes para a proteção ambiental no país.

Diante do exposto, é correto afirmar que:

- (A) o ente federativo poderá delegar, mediante convênio, a execução de ações administrativas, desde que o ente destinatário da delegação disponha de órgão ambiental capacitado a executar as ações administrativas a serem delegadas e de conselho de meio ambiente;
- (B) a LC nº 140/2011 não reconhece os fundos privados e outros instrumentos econômicos como formas de cooperação, para fins específicos dessa política pública, mas apenas os fundos públicos, embora ela preveja instrumentos como convênios, acordos de cooperação e consórcios públicos;
- (C) a cooperação entre os entes federados implica a autorização legal para que qualquer um deles lavre auto de infração ambiental e instaure processo administrativo em face de empreendimentos licenciados e, concomitantemente, apure as penalidades cabíveis de forma ampla e indistinta;
- (D) a atuação subsidiária consiste em ação do ente da federação que se substitui ao ente federativo original e a atuação supletiva consiste na ação do ente federado que visa a auxiliar no desempenho das atribuições comuns, quando solicitado pelo ente federativo original;
- (E) os instrumentos de cooperação são hierarquizados, sendo as duas formas de delegação (de atribuições de execução de ações) prioritárias nessa política ambiental, e as demais formas, como consórcios, participações públicas, audiências públicas e fundos públicos, instrumentos ordinários de cooperação previstos nessa legislação.

**20**

Os espaços especialmente protegidos, além do Código Florestal, possuem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) como uma política pública das mais relevantes para essa finalidade. A divisão de Unidades de Conservação de Proteção Integral e de Uso Sustentável é construída a partir de uma lógica e perspectiva dos atributos que são necessários conservar.

Desse modo, analise as afirmativas a seguir, considerando V para a(s) verdadeira(s) e F para a(s) falsa(s).

- I. Embora as unidades de proteção integral tenham como objetivo básico a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitindo, como regra, apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, podem, conforme o caso, ser de uso direto, como, por exemplo, o monumento natural.
- II. A criação de unidades de conservação é feita por ato do poder público, precedida de estudos técnicos e de consulta pública, que permitam identificar a localização, a dimensão e os limites mais adequados para a unidade, sendo que o subsolo e o espaço aéreo, sempre que influírem na estabilidade do ecossistema, integram os limites da unidade.
- III. A área das unidades de conservação pode ser considerada tanto área rural quanto área urbana, conforme o caso, mas sua zona de amortecimento é, em regra, área urbana, sendo que sua redução de limites pode ser feita por ato do poder público, publicado em Diário Oficial, devidamente motivado, quando necessário.

A sequência correta é:

- (A) V, V, V;
- (B) F, F, F;
- (C) V, F, V;
- (D) V, V, F;
- (E) F, V, V.

## Noções de Direitos Humanos e Fundamentais e de Acessibilidade

**21**

Por ser tema de legítimo interesse internacional, a proteção dos direitos humanos não é reduzida ao domínio reservado do Estado, ou seja, não se restringe à competência nacional exclusiva ou à jurisdição doméstica exclusiva. Contudo, há especificidades no tratamento dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro, que ocorrem de acordo com as regras previstas na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema, analise as afirmativas a seguir, à luz da Constituição Federal e da doutrina majoritária.

- I. Compete privativamente ao presidente da República promulgar um ato internacional, depois de devidamente ratificado, para que este seja incorporado à legislação interna.
- II. No Direito brasileiro vigora um sistema misto, pois, a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, a Constituição Federal passou a contar com um rito especial para aprovação dos tratados internacionais que versam sobre direitos humanos.
- III. Os tratados internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados por dois quintos dos votos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos de votação, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- IV. Nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República, com a finalidade de assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil seja parte, poderá suscitar, perante o Supremo Tribunal Federal, em qualquer fase do inquérito ou processo, incidente de deslocamento de competência para a Justiça Federal.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e IV, apenas;
- (B) III e IV, apenas;
- (C) I, II e III, apenas;
- (D) I, II e IV, apenas;
- (E) I, II, III e IV.

**22**

Determinado estado brasileiro, ao criar lei que dispõe sobre a prioridade de vaga em escola pública para pessoas com deficiência, estabeleceu: (a) o conceito de pessoas com deficiência como aquelas que necessitam de assistência especial, decorrentes de problemas visuais, auditivos, mentais, motores, ou má formação congênita; (b) a caracterização do impedimento de longo prazo exclusivamente por laudo médico; e (c) a exclusão de escolas sem infraestrutura adequada do propósito de ensino inclusivo para pessoas com deficiência.

Considerando a situação hipotética relatada, analise os itens a seguir de acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência e demais legislações pertinentes, em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

- I. A verificação da deficiência restrita a laudo médico-hospitalar contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência, segundo o qual a avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.
- II. O Estatuto da Pessoa com Deficiência define pessoa com deficiência como aquela que tem impedimento de natureza física ou intelectual, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
- III. Há possibilidade de o Estado trazer um conceito distinto e mais restrito de pessoa com deficiência com o fim de assegurar prioridade para vagas em escolas públicas próximas à residência.
- IV. Havendo uma conceituação constitucional para pessoa com deficiência, não cabe à lei estadual restringi-la, reduzindo o grupo de destinatários da proteção.
- V. Sobre a não obrigatoriedade do recebimento de estudantes com deficiência em instituições de ensino consideradas despreparadas, a lei pode excluir peremptoriamente tais unidades de ensino do dever de prestar a educação inclusiva.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, apenas;
- (B) I e IV, apenas;
- (C) II e IV, apenas;
- (D) I, II, III e IV, apenas;
- (E) I, II, III, IV e V.

**23**

Na exposição de motivos que acompanhou a proposta legislativa da Lei nº 12.990/2014, que regulamenta a reserva de 20% das vagas oferecidas em concursos públicos federais para candidatos negros, constou que o seu objetivo era o de regulamentar o Art. 39 do Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010). O Estatuto determina ações capazes de proporcionar um tratamento mais isonômico entre as populações negra e branca. Sobre o tema, é correto afirmar que:

- (A) a Lei nº 12.990/2014 não estabelece regras que visam a instituir mecanismos compensatórios que se traduzem em ações afirmativas a serem implementadas pelo poder público, embora prescreva normas destinadas a assegurar às pessoas negras a reserva de 20% das vagas em concursos públicos;
- (B) o Estatuto da Igualdade Racial conceitua como desigualdade racial toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, ascendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;
- (C) classificam-se como ações afirmativas apenas os programas e medidas especiais adotados pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades; já os programas adotados pelo Estado são classificados como políticas públicas;
- (D) o Estatuto da Igualdade Racial estabelece que o poder público promoverá ações que assegurem a igualdade de oportunidades no mercado de trabalho para a população negra, inclusive mediante a implementação de medidas visando à promoção da igualdade nas contratações do setor público e ao incentivo à adoção de medidas similares nas empresas e organizações privadas;
- (E) o Poder Executivo federal, de acordo com o que estabelece o Estatuto da Igualdade Racial, deverá implementar critérios para provimento de cargos em comissão e funções de confiança destinados a ampliar a participação de negros, buscando reproduzir a estrutura da distribuição étnica nacional ou, quando for o caso, estadual, observados os dados demográficos oficiais.

**24**

No dia 8 de março de 2023, foi publicado o Decreto nº 11.430, que dispõe sobre ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho como critério de desempate em licitações, criando uma cota para mulheres, neste caso, vítimas de violência, em contratos da Administração Pública federal. No Supremo Tribunal Federal, tramitam Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) contra leis estaduais que estabelecem percentuais para o ingresso de mulheres na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros por concurso público.

Num panorama geral, no que se refere à inserção das mulheres no mercado de trabalho, é correto afirmar que:

- (A) o Estado Democrático de Direito brasileiro, ao reconhecer, na Constituição Federal e nas leis, a igualdade formal entre homens e mulheres, potencializa a igualdade material, que é aquela prevista em lei ao dispor que todos são iguais perante a lei;
- (B) critérios diferenciados em concursos públicos para o ingresso em cargos e funções públicas não são admitidos, ainda que se fale em exigências específicas relacionadas à natureza do cargo;
- (C) o Poder Legislativo pode erigir condição de admissão no sentido de estabelecer percentuais para o ingresso de mulheres em concursos públicos, já que a Constituição Federal prevê que os cargos públicos são acessíveis “na forma da lei”;
- (D) a Constituição Federal proíbe, especificamente no que diz respeito às relações de trabalho, a diferenciação de critério de admissão por motivo de sexo, preceito extensível à admissão no serviço público por expressa disposição constitucional;
- (E) as normas delegam à Administração um espaço de discricionariedade que permite restrições à participação das mulheres nos certames sem que isso configure violação a dispositivos constitucionais pelas leis estaduais.

**25**

A Convenção Americana de Direitos Humanos, também denominada Pacto de São José da Costa Rica, é o instrumento mais importante de efetivação dos direitos humanos do sistema interamericano. O documento instituiu o denominado Sistema Interamericano de Direitos Humanos (SIDH), composto por dois órgãos principais: a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) e a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH).

Acerca dos mecanismos de implementação do Pacto de São José da Costa Rica, é correto afirmar que:

- (A) o Estado signatário do Pacto de São José da Costa Rica pode ratificar a Convenção Americana de Direitos Humanos e não reconhecer a jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos, já que tal reconhecimento é cláusula facultativa da Convenção;
- (B) o Brasil é Estado-Parte da Convenção desde 1992 e, em 2002, reconheceu a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos;
- (C) o reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Internacional de Direitos Humanos é obrigatório e feito por declaração específica para todo e qualquer caso, e não somente para determinado caso específico;
- (D) a Corte Interamericana de Direitos Humanos é composta por nove juízes, cuja escolha é feita pelos Estados-Parte da Convenção, em sessão da Assembleia Geral da OEA, de uma lista de candidatos propostos pelos mesmos Estados;
- (E) as vítimas, assim como os Estados-Parte, podem submeter casos diretamente à Corte, sem que haja necessidade de apresentar suas alegações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

## Noções de Administração Pública

**26**

Em uma fundação, a avaliação de desempenho dos gestores contempla os seguintes quesitos: capacidade de desenvolver rede de relacionamentos e troca de informações com instituições externas relevantes; capacidade de obter e analisar informações relevantes sobre a organização e o ambiente externo; e capacidade de adaptar a equipe a processos de mudança.

Esses quesitos da avaliação de desempenho dos gestores estão relacionados, respectivamente, aos seguintes papéis do administrador:

- (A) porta-voz; monitor; líder;
- (B) ligação; monitor; símbolo;
- (C) símbolo; empreendedor; líder;
- (D) ligação; monitor; solucionador de conflitos;
- (E) ligação; empreendedor; solucionador de conflitos.

**27**

André é o gestor responsável por conduzir melhorias no processo de contas a pagar da organização em que trabalha. Já foram levantados os diversos problemas e identificadas suas causas. Agora, André quer estabelecer a ordem de prioridade das ações de melhoria no processo, considerando: os impactos dos diferentes problemas sobre as pessoas e os resultados; o potencial de agravamento dos diferentes problemas caso não sejam resolvidos; e a urgência na solução de cada problema.

Para auxiliá-lo nessa tarefa, André deve fazer uso da seguinte ferramenta:

- (A) 5W2H;
- (B) matriz GUT;
- (C) diagrama de Gantt;
- (D) diagrama de Pareto;
- (E) diagrama de Ishikawa.

**28**

Júlia foi promovida e assumiu recentemente a liderança da equipe em que trabalha há cinco anos. A promoção não foi muito bem aceita pelos demais membros da equipe, que julgam que ela não seria a pessoa com o perfil mais adequado para a função. Júlia está preocupada com a situação, porque sabe que terá pouca autonomia para reconhecer ou punir os membros da equipe. A equipe é composta por seis profissionais experientes e bem capacitados que apresentam forte motivação para o desempenho de suas atribuições. Apoiando-se na teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard, Júlia avalia que a equipe se encontra no nível de prontidão "4".

Considerando que essa avaliação está correta, a teoria da liderança situacional de Hersey e Blanchard aponta que, nessas condições, o estilo mais eficaz de liderança é o:

- (A) diretivo;
- (B) realizador;
- (C) persuasivo;
- (D) participativo;
- (E) delegador.

**29**

Uma determinada organização pública da área de saúde tem sua estrutura dividida por funções, contemplando, assim, um departamento de apoio administrativo, um departamento de ensino e pesquisa e um departamento de atenção à saúde.

Esse tipo de departamentalização tem como vantagem e desvantagem, respectivamente:

- (A) facilitar o atendimento das necessidades do usuário em suas particularidades; gerar sobreposições;
- (B) obter maior proveito de especializações e economia de escala, mesmo diante de conflitos; reduzir a visão integral;
- (C) otimizar uso de recursos humanos, financeiros e materiais com prazos limitados; causar alta rotatividade em contratações temporárias;
- (D) permitir a instalação de unidades próximas aos usuários, matérias-primas e canais de escoamento; ocasionar duplicidades e aumentos de custos;
- (E) promover a descentralização e facilitar controles e inovação; apresentar custos administrativos elevados e baixa sinergia entre departamentos.

**30**

Teotônio, procurador da República do Ministério Público Federal, é incumbido de averiguar se Mervaldo, pessoa de interesse em investigação criminal, responde a inquérito civil por ato de improbidade administrativa perante o Ministério Público do Rio de Janeiro.

Nesse caso, à luz da Resolução CNMP nº 276/2023, visando à obtenção de subsídios para a tomada de decisão, Teotônio poderá:

- (A) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, sigilosos ou não;
- (B) consultar a Base de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (C) consultar o Catálogo de Dados do Ministério Público, que retornará informações gerais que constem de processos em qualquer unidade do Ministério Público, desde que não sigilosos;
- (D) requisitar as informações por ofício eletrônico pela Rede Nacional de Inovação Digital do Ministério Público, a fim de que a unidade consultada autorize a disponibilização das informações gerais que constem de processos ali existentes, sigilosos ou não;
- (E) requisitar as informações pela Plataforma MP Digital, mas, como o processo tramita perante unidade diversa da sua, o compartilhamento dependerá de aprovação do Comitê Gestor do MP Digital, observada a legislação de regência, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados.

## MÓDULO II

### Legislação Institucional

31

João, membro do Ministério Público Federal, foi promovido ao cargo de subprocurador-geral da República. Pedro, que o assessorava na classe imediatamente anterior da carreira e almejava continuar a fazê-lo, analisou os órgãos jurisdicionais juntos aos quais João poderia vir a atuar, com destaque para o Supremo Tribunal Federal (STF), o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Ao fim de sua análise, Pedro concluiu, corretamente, à luz da Lei Complementar nº 75/1993, que a atuação de João:

- (A) somente pode ocorrer perante o STJ, o que se dá ao ser empossado no órgão do qual será titular;
- (B) pode ocorrer perante os órgãos jurisdicionais indicados, sendo vedado que ocorra perante outros;
- (C) pode ocorrer perante órgãos jurisdicionais diversos dos indicados por autorização do Conselho Superior;
- (D) somente pode ocorrer por delegação do procurador-geral da República perante os órgãos jurisdicionais indicados;
- (E) não pode ocorrer perante o STF, o que é privativo do procurador-geral da República ou do seu substituto imediato.

32

Pedro, servidor ocupante de cargo de provimento em comissão em um dos ramos do Ministério Público da União, foi conivente com certa infração ao código de ética e de conduta da instituição, infração esta que teria sido praticada por Maria, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo.

À luz da sistemática estabelecida no referido código, é correto afirmar que:

- (A) Pedro não está sujeito à disciplina do código;
- (B) a conduta de Pedro não afronta uma vedação estabelecida no código;
- (C) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção disciplinar a Pedro e a Maria;
- (D) compete à Comissão Permanente de Ética, observado o devido processo legal, aplicar eventual sanção ética a Pedro e a Maria, com recurso ao procurador-geral da República;
- (E) compete à Comissão Permanente de Ética dar ciência à autoridade administrativa competente se verificar indícios de irregularidade administrativa nas condutas de Pedro e Maria.

33

O diretório nacional do partido político Alfa, com representação no Congresso Nacional, encaminhou petição ao Ministério Público Federal (MPF) noticiando que o governador do estado Beta expediria determinação ao seu secretariado no sentido de que fosse descumprida a Lei Federal nº X. Em razão da recusa à execução do que foi estatuído nesse diploma normativo, Alfa almejava que fosse ajuizada representação para que a União intervisse em Beta.

Nessa situação, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que:

- (A) a representação deve ser ajuizada pelo membro do MPF ao qual a petição for distribuída;
- (B) o MPF não pode exercer a consultoria de Alfa; logo, não pode ingressar com a representação almejada;
- (C) a representação, observados os requisitos exigidos, pode vir a ser ajuizada por subprocurador-geral da República;
- (D) o ajuizamento da representação é de competência privativa do procurador-geral da República, que não pode delegá-la;
- (E) o ajuizamento da representação é de competência do procurador-geral da República, que somente pode delegá-la ao vice-procurador-geral da República.

34

Após regular aprovação em concurso público de provas e títulos, Maria tomou posse em cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público da União. Pouco tempo depois, decidiu que a melhor opção para o seu desenvolvimento pessoal seria obter uma remoção para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Após analisar a sistemática estabelecida na Lei nº 13.316/2016, Maria concluiu, corretamente, que a referida remoção:

- (A) é expressamente vedada;
- (B) pode ocorrer a partir de livre decisão do procurador-geral da República, para atender à conveniência e oportunidade da administração;
- (C) pressupõe a manifestação de vontade de Maria e o preenchimento dos requisitos estabelecidos no edital que disciplina a remoção;
- (D) pode ocorrer a partir de decisão do procurador-geral da República, exigindo-se que o servidor tenha permanecido na unidade em que foi lotado pelo prazo mínimo de um ano;
- (E) pode ocorrer apenas na modalidade de permuta, em que um servidor lotado no Conselho Nacional do Ministério Público anua em se movimentar para o Ministério Público da União.

35

Joana, servidora da área de integridade do Ministério Público do Trabalho (MPT), questionou o seu superior hierárquico em relação aos alicerces estruturais do plano de integridade da instituição, mais especificamente em relação à competência para editá-lo e à definição da respectiva estratégia de comunicação.

Foi corretamente esclarecido a Joana, considerando a sistemática estabelecida na Portaria PGR/MPU nº 247/2023, que:

- (A) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo MPT;
- (B) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação serão elaborados pelo Comitê de Integridade do MPU;
- (C) tanto o plano de integridade como a estratégia de comunicação são estabelecidos pelo procurador-geral da República, não pelo MPT;
- (D) o plano de integridade deve ser editado pelo procurador-geral da República, cabendo ao MPT definir a estratégia de comunicação do âmbito da instituição;
- (E) o plano de integridade pode ser editado pelo MPT caso haja delegação do procurador-geral da República; já a estratégia de comunicação é uniforme em todo o MPU.

## Noções de Direito Administrativo

36

O Poder Executivo Federal promoveu, de ofício, o deslocamento de cargo de provimento efetivo ocupado, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão central do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (SIPEC). A medida foi adotada para ajustamento de lotação e da força de trabalho às necessidades dos serviços.

Nessa situação, é correto afirmar que ocorreu uma:

- (A) redistribuição;
- (B) remoção;
- (C) readaptação;
- (D) reversão;
- (E) substituição.

37

A autoridade administrativa federal competente, no intuito de eliminar situação contenciosa na aplicação do direito público, resolveu celebrar compromisso com os interessados, observando as formalidades previstas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.

A respeito do compromisso em questão, é correto afirmar que:

- (A) pode conferir desoneração permanente de dever ou condicionamento de direito reconhecidos por orientação geral;
- (B) deve prever com clareza as obrigações das partes, o prazo para seu cumprimento e as sanções aplicáveis em caso de descumprimento;
- (C) deve produzir automaticamente efeitos retroativos, por expressa determinação legal;
- (D) tem como pressuposto a existência de razões de relevante interesse particular ou geral;
- (E) exige a prévia realização de consulta pública, dispensada a oitiva do órgão jurídico.

38

Determinado órgão da Administração Pública promoveu licitação para a contratação de serviços de engenharia com vistas à reforma de sua sede. Na etapa de julgamento, duas propostas foram idênticas conforme os critérios previstos em edital.

Dentre os critérios de desempate entre duas ou mais propostas adotados pela Lei Federal nº 14.133/2021, é correto apontar:

- (A) o desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;
- (B) a contratação, pelo licitante, de mulheres vítimas de violência doméstica;
- (C) a utilização, pelo licitante, de bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis;
- (D) a contratação, pelo licitante, de oriundos ou egressos do sistema prisional;
- (E) a utilização, pelo licitante, de bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul).

39

Adalgisa ajuizou ação de indenização por danos morais em face da concessionária de serviço público que realiza a coleta e o tratamento de esgoto em sua cidade. Na inicial, Adalgisa afirmou morar nas redondezas de uma estação de tratamento de esgoto operada pela ré, que emitiria um mau odor causador de profunda violação à sua dignidade humana.

Os elementos de prova produzidos ao longo do processo demonstraram que, de fato, a atividade exercida pela estação de tratamento de esgoto descumpria as normas de regência e causava a emissão de odores fétidos que atingiam a região em que residia Adalgisa, gerando nesta desconforto, frustração, desespero e problemas de saúde, principalmente respiratórios.

Nessa situação, é possível afirmar que:

- (A) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, sendo possível a inversão do ônus da prova *ope judicis*;
- (B) a responsabilidade da concessionária de serviço público e do poder concedente é solidária, sendo facultado a Adalgisa exigir o pagamento de quaisquer deles na fase de cumprimento de sentença;
- (C) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é objetiva, não havendo necessidade de demonstração de culpa ou dolo de seus agentes;
- (D) a responsabilidade da concessionária de serviço público por danos a terceiros exige a demonstração de dolo ou culpa, assegurada a inversão do ônus da prova *ope legis*;
- (E) a responsabilidade civil da concessionária de serviço público é baseada na teoria do risco integral, não havendo necessidade de demonstração donexo causal entre conduta e resultado danoso.

40

Bertoldo, servidor público federal, praticou conduta escandalosa na repartição e insubordinação grave em serviço, pois, instado pelo seu superior ao cumprimento de certa tarefa inserida nas suas atribuições, respondeu aos gritos que não iria obedecer a ordem, deu um soco no rosto de seu superior e atirou o monitor de seu computador contra a parede. Foi ajuizada ação penal em face de Bertoldo, no bojo da qual foi instaurado incidente de insanidade mental.

Os laudos médicos constataram a enfermidade psíquica de Bertoldo, indicando que o acusado era, ao tempo da ação, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento. Com base nisso, o juízo criminal proferiu sentença absolutória imprópria, com imposição de medida de segurança.

Nessa situação, é correto afirmar que, no processo administrativo disciplinar instaurado em desfavor de Bertoldo pelos mesmos fatos:

- (A) é possível a aplicação de pena de demissão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (B) é obrigatória a aplicação de pena de demissão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (C) é obrigatória a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter objetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (D) é possível a aplicação de pena de suspensão, dado o caráter subjetivo das infrações disciplinares e a independência entre as instâncias criminal e administrativa;
- (E) descabe a fixação de sanção administrativa, impondo-se à Administração Pública o dever de avaliar a eventual concessão de licença para tratamento de saúde ou de aposentadoria por invalidez.

## Noções de Perícia em Processo Civil

41

O juiz deferiu, de ofício, a produção de prova pericial em uma demanda previdenciária. Para cumprir o encargo, o perito designou dia, hora e local para colher o depoimento do autor e de testemunhas, comunicando às partes e aos assistentes técnicos que realizaria uma teleperícia (perícia virtual).

Apresentado o laudo pericial no processo, é correto afirmar que essa prova:

- (A) não será admitida, uma vez que foi determinada de ofício pelo juiz;
- (B) não será admitida, uma vez que houve colheita de depoimento de testemunhas pelo perito;
- (C) não será admitida, uma vez que designada teleperícia (perícia virtual);
- (D) será admitida, desde que as testemunhas sejam ouvidas novamente em juízo;
- (E) será admitida, uma vez que o perito pode valer-se de todos os meios de coleta necessários.

42

Em um processo que admitia autocomposição, as partes, plenamente capazes, escolheram de comum acordo o perito da causa. Outrossim, ainda indicaram seus assistentes técnicos para acompanhar a realização da perícia.

Nesse cenário, é correto afirmar que essa perícia consensual:

- (A) não substitui a perícia que seria realizada pelo perito do juízo;
- (B) não será admitida, uma vez que cabe exclusivamente ao juiz a nomeação do perito;
- (C) não será admitida, uma vez que é vedado negócio processual quanto à produção de prova;
- (D) será admitida, devendo o perito e os assistentes entregar o laudo e pareceres em prazo fixado pelo juiz;
- (E) será admitida, dispensando o perito a indicação de qual análise técnica ou científica foi realizada.

43

Determinado perito elaborou seu laudo pericial de forma incorreta. Informou no processo um valor aquém do devido. O perito, de forma negligente, não percebeu a metragem correta do imóvel objeto da perícia. Com base nessa prova, o juiz condenou a parte no valor afirmado no laudo pericial.

Nesse cenário, é correto afirmar que o perito:

- (A) responderá pelos prejuízos que causou à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de dois a cinco anos;
- (B) responderá pelos prejuízos que causou à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de um a dez anos;
- (C) responderá pelos prejuízos que causou à parte, mas não ficará inabilitado para atuar em outras perícias por qualquer prazo;
- (D) não responderá pelos prejuízos causados à parte, mas ficará inabilitado para atuar em outras perícias por qualquer prazo;
- (E) não responderá pelos prejuízos causados à parte, mas ficará inabilitado para atuar em outras perícias pelo prazo de um a cinco anos.

44

Maria não concordou com as conclusões da perícia realizada em um processo, que afirmara que não havia compatibilidade genética entre ela e o réu. Concluiu-se que estava afastada a paternidade alegada, uma vez que as informações genéticas dos envolvidos eram incompatíveis. Desse modo, Maria requereu ao juiz que fosse determinada outra perícia, já que afirmou não concordar com o resultado do laudo pericial, pois acreditava ser filha do réu.

Sobre a possibilidade da realização dessa segunda perícia, é correto afirmar que:

- (A) não deve ser produzida, pois a parte somente tem direito a uma perícia no processo, podendo juntar parecer dos assistentes técnicos;
- (B) não deve ser produzida, pois a parte apenas não se conformou com o resultado obtido, sem apresentar omissão ou inexatidão naquele laudo;
- (C) deve ser produzida, pois é direito da parte produzir outros laudos, para que o juiz possa buscar a verdade formal;
- (D) deve ser produzida, desde que a parte se comprometa a arcar com as custas da produção desse laudo pericial;
- (E) deve ser produzida, sabendo-se que a segunda perícia vai substituir a primeira perícia produzida no processo.

45

No julgamento de um processo, em que a questão controvertida era a extensão de um dano, o juiz acolheu como fundamento de sua sentença, a conclusão do parecer do assistente técnico do autor, que afirmava ser devido o valor do ressarcimento de 100 mil reais. Todavia, o perito judicial apontava para um dano de 70 mil reais, enquanto o parecer do assistente técnico do réu dizia ser o valor de 30 mil reais. Em grau de recurso, foi arguido que o autor e o seu assistente técnico eram irmãos, pelo que havia um impedimento para este atuar no processo. Logo, requereu-se que a prova fosse desconsiderada e desentranhada dos autos do processo.

Nesse cenário, é correto afirmar que:

- (A) assiste razão ao recorrente, pois o assistente técnico do autor é parcial, submetendo-se às regras de impedimento do processo;
- (B) assiste razão ao recorrente, pois deveria o juiz acolher o laudo pericial elaborado pelo perito do juiz, por quem fora nomeado;
- (C) não assiste razão ao recorrente, pois o juiz não está vinculado ao laudo pericial e o assistente técnico não se submete à alegação de impedimento;
- (D) não assiste razão ao recorrente, pois mesmo com o impedimento do assistente técnico, o laudo não é desentranhado dos autos do processo;
- (E) não assiste razão ao recorrente, pois o assistente técnico não se submete à alegação de impedimento; todavia, o juiz está vinculado à conclusão do laudo pericial.

## Conhecimentos Específicos

46

Na sucessão ecológica, diferentes espécies ocorrem desde o momento inicial da regeneração até o momento em que o sistema chega a uma fase avançada do processo.

As espécies que dominam os estágios mais avançados da sucessão ecológica são aquelas:

- (A) com ciclo curto de vida e com banco de sementes no solo;
- (B) com maior tolerância ao sombreamento e de crescimento mais acelerado;
- (C) de crescimento mais acelerado e ciclo curto de vida;
- (D) com maior tolerância ao sombreamento e ciclo longo de vida;
- (E) de ciclo curto de vida e com banco de plântulas no solo.

47

Um dos métodos para promover a recuperação de áreas degradadas é a regeneração natural, que depende de inúmeros fatores intrínsecos ao diagnóstico da situação da área.

Nesse contexto, para que uma área apresente potencial para se recuperar por meio da regeneração natural, é imprescindível que:

- (A) seja preparado o solo, mudas sejam plantadas e haja controle de plantas daninhas;
- (B) seja feita a semeadura direta, haja irrigação e controle de plantas daninhas;
- (C) haja fonte de sementes, germinação das sementes e crescimentos das plântulas;
- (D) sejam plantadas mudas, seja feita a semeadura direta e ocorra a germinação das sementes;
- (E) haja controle de formigas, mudas sejam plantadas e haja controle de plantas daninhas.

48

Para a produção de mudas, o viveirista precisa entender tanto de questões de produção e tecnologia de sementes quanto sobre os aspectos inerentes à própria produção das mudas. Durante o beneficiamento e possível necessidade de armazenamento de sementes florestais, é essencial manter a viabilidade da semente para proceder à produção das mudas.

Nesse contexto, uma semente recalcitrante:

- (A) tolera ser seca a umidades abaixo de 5% e ser armazenada em temperaturas abaixo de -20 °C, podendo ser armazenada sob essas condições por longos períodos;
- (B) não tolera ser seca a umidades abaixo de 5%, tolera ser armazenada em temperaturas abaixo de -20 °C, podendo ser armazenadas sob esta condição por longos períodos;
- (C) não tolera ser seca a umidades abaixo de 5% e não tolera ser armazenada em temperaturas abaixo de -20 °C, não devendo ser armazenada sob essas condições;
- (D) tolera ser seca a umidades abaixo de 5% e não tolera ser armazenada em temperaturas abaixo de -20 °C, podendo ser armazenada por longos períodos;
- (E) tolera ser seca a umidades abaixo de 5% e armazenada em temperaturas abaixo de -20 °C, mas não pode ser armazenada sob essas condições por longos períodos.

49

A heveicultura no Brasil foi historicamente prejudicada em função de uma doença foliar (mal das folhas) que dizimou tentativas de plantios com a *Hevea brasiliensis* no século passado, fazendo com que o cultivo comercial da espécie se concentrasse em regiões consideradas áreas de escape.

O micro-organismo causador do mal das folhas tem o nome científico de:

- (A) *Microcyclus ulei*;
- (B) *Atta sexdens*;
- (C) *Hypsipyla grandella*;
- (D) *Moniliophthora perniciosa*;
- (E) *Puccinia psidii*.

50

Dentre as várias definições de sistemas agroflorestais, a agrofloresta pode ser entendida como um conjunto de práticas do uso de terras, onde espécies perenes lenhosas são consorciadas na mesma unidade de manejo com culturas de importância agrônômica e ou animais, tanto em estrutura espacial quanto em sequência temporal.

Dentre as várias possibilidades existentes de consórcio, são exemplos de sistemas silvipastoris e silviagrícolas, respectivamente:

- (A) o cultivo de abóbora plantada na entrelinha de um seringal e o cultivo de eucalipto distribuído uniformemente em meio à pastagem na criação de gado de corte;
- (B) a criação de gado de leite em pastagem natural sombreada com espécies arbóreas nativas da região e o cultivo de milho na entrelinha de um plantio de mogno africano;
- (C) a criação de gado em sistema de confinamento, com utilização de silagem de milho, e o cultivo de melancia consorciada com mandioca (macaxeira);
- (D) o cultivo de capim-colonião como forragem para a alimentação de caprinos e o cultivo de capim-colonião na entrelinha de um plantio de eucalipto;
- (E) o cultivo de amendoim-forrageiro em meio à pastagem com brachiária para criação e engorda de novilhos e o cultivo de árvores como estrutura de quebra-ventos em cultivos agrícolas.

51

Durante o cultivo e manejo de povoamentos florestais para fins comerciais, uma série de técnicas pode e deve ser utilizada a fim de propiciar aumento de produtividade e qualidade do produto final.

Em relação às técnicas silviculturais de desbaste e de desrama, é correto afirmar que:

- (A) a desrama é uma técnica utilizada para reduzir a densidade do povoamento;
- (B) o desbaste é uma técnica utilizada para retirar ramos e galhos das árvores;
- (C) o desbaste é uma técnica utilizada para reduzir a densidade do povoamento;
- (D) os termos “desrama” e “desbaste” podem ser considerados como sinônimas na silvicultura;
- (E) a desrama e o desbaste são técnicas utilizadas em mais de 80% dos povoamentos florestais no Brasil.

52

A principal praga do setor florestal brasileiro são as formigas cortadeiras, que têm potencial de causar grandes prejuízos tanto em projetos de reflorestamento ambiental quanto em projetos comerciais. Dessa forma, é importante reconhecer e identificar as espécies de formigas cortadeiras e seus comportamentos, uma vez que existem inúmeras outras espécies de formigas que não causam nenhum prejuízo e, portanto, não devem ser controladas. Com relação às formigas cortadeiras, causadoras de danos em projetos florestais, é possível afirmar que:

- (A) pertencem aos gêneros *Atta* e *Acromyrmex*;
- (B) pertencem aos gêneros *Coptotermes* e *Nasutitermes*;
- (C) cortam e transportam as folhas para dentro do formigueiro, onde se alimentam desse material;
- (D) preferem os horários mais quentes do dia para realizarem o corte e transporte das folhas já que são insetos tropicais;
- (E) todas as espécies de formiga cortadeira têm rainhas de substituição dentro de uma colônia, fazendo com que o formigueiro se perpetue por muito tempo.

53

A sociedade depende de inúmeros produtos que têm sua origem em espécies arbóreas, sendo considerados produtos florestais madeireiros ou não madeireiros. Muitas vezes, essa própria sociedade não reconhece, porém, que inúmeros produtos utilizados no cotidiano, principalmente os não madeireiros, são originários de árvores.

Com relação aos inúmeros produtos florestais utilizados pela sociedade, é correto afirmar que:

- (A) a castanha do Brasil, o açaí e o palmito são produtos florestais não madeireiros, enquanto a madeira serrada, a celulose e a fibra de rafia são produtos florestais madeireiros;
- (B) as resinas, o carvão vegetal e os óleos são produtos florestais não madeireiros, enquanto os mourões para cerca, a celulose e as lâminas de madeira são produtos florestais madeireiros;
- (C) as sementes, o látex e a celulose são produtos florestais não madeireiros, enquanto o carvão, a lenha e a madeira serrada são produtos florestais madeireiros;
- (D) o látex, as resinas e frutos são produtos florestais não madeireiros, enquanto o carvão, a celulose e a lenha são produtos florestais madeireiros;
- (E) a celulose, o carvão vegetal e a castanha do Brasil são produtos florestais não madeireiros, enquanto a madeira serrada é produto florestal madeireiro.

54

A densidade básica é uma propriedade física de grande interesse na área de tecnologia da madeira, pois dela dependem suas propriedades tecnológicas.

A densidade básica da madeira é obtida pela relação entre:

- (A) o volume verde e a massa verde da madeira;
- (B) o volume seco e a massa seca da madeira;
- (C) a massa verde e o volume verde da madeira;
- (D) a massa verde e o volume seco da madeira;
- (E) a massa seca e o volume verde da madeira.

55

Em diversas circunstâncias, há a necessidade de o engenheiro florestal identificar peças de madeira já processadas a fim de constatar se aquele material é de origem legal ou se pode existir alguma irregularidade (por exemplo, a comercialização de madeiras de espécies protegidas).

Dentre as características utilizadas na identificação da madeira, temos o arranjo dos vasos, que deve ser visualizado por meio de uma amostra, analisando o plano da madeira em seção:

- (A) transversal;
- (B) paralela;
- (C) diagonal;
- (D) longitudinal radial;
- (E) longitudinal tangencial.

56

A madeira é um material anisotrópico. Por esse motivo, é importante compreender como se organizam os diferentes tecidos que constituem uma peça de madeira, a fim de facilitar a interpretação de suas variações tridimensionais.

Considerando os três planos da madeira, é correto afirmar que:

- (A) ao absorverem água e alterarem seu tamanho, peças de madeira fazem isso de maneira uniforme em todas as três dimensões (largura, espessura e comprimento);
- (B) a largura e a altura dos raios da madeira podem ser vistos por meio da observação de seção longitudinal tangencial;
- (C) partindo do fato de que uma fibra possui comprimento e largura, sua maior dimensão está no sentido da medula para a casca, o que faz com que as árvores engrossem com o tempo;
- (D) em espécies em que existe nítida separação entre lenho inicial e lenho tardio, essa característica pode ser vista por meio da observação de seção longitudinal tangencial;
- (E) apesar da grande diversidade florística, traqueídeos, parênquima axial e fibras são componentes anatômicos presentes na madeira de todas as espécies.

57

O sucesso da eucaliptocultura no Brasil foi possível a partir do desenvolvimento e acúmulo de conhecimento em relação às práticas silviculturais, dentre as quais o melhoramento genético foi fundamental.

Dentre os vários métodos e experimentos utilizados em campo, o teste de progênies é:

- (A) uma série de experimentos instalados em diferentes ambientes, em que, por meio de avaliações ao longo do tempo, verifica-se em qual ou quais desses ambientes o material genético testado melhor se desenvolve;
- (B) um experimento em que diferentes espécies são testadas em um ou diferentes locais, e no qual, por meio de avaliações ao longo do tempo, se verifica qual ou quais dessas espécies apresentam melhor desenvolvimento;
- (C) um experimento em que mudas obtidas a partir de diferentes matrizes são plantadas e avaliadas ao longo do tempo, sendo selecionadas as melhores matrizes a partir do desempenho médio de suas filhas;
- (D) um experimento em que diferentes clones são testados em um ou diferentes locais, para que, por meio de avaliações ao longo do tempo, sejam selecionados os melhores materiais genéticos para serem clonados;
- (E) um experimento em que materiais genéticos de uma determinada espécie, porém de diferentes origens, são testados em um local, para que, por meio de avaliações ao longo do tempo, sejam selecionadas as melhores regiões para serem utilizadas como fontes de sementes.

58

A dendrologia pode ser entendida como a parte da botânica que estuda as plantas lenhosas, utilizando principalmente características morfológicas como ferramenta para a identificação de espécies arbóreas.

Um engenheiro florestal coletou ramos de uma árvore que possuía caule quadrangular, sem espinhos e sem liberação de látex, com folhas simples, opostas e com nervação curvinervia.

Mesmo não conseguindo identificar a espécie, o profissional sabe que ela faz parte da família:

- (A) Bignoniaceae;
- (B) Clusiaceae;
- (C) Fabaceae;
- (D) Poaceae;
- (E) Melastomataceae.

59

Nos últimos anos, a mecanização agrícola e a florestal apresentaram avanços significativos em tecnologia e desenvolvimento de novas máquinas e implementos, o que permitiu que processos se tornassem mais eficientes mesmo sob condições um pouco mais adversas de topografia e clima.

Com relação às operações de colheita florestal, o trator articulado que realiza o arraste das toras da área de corte até um pátio intermediário ou margem da estrada é:

- (A) o *harvester*;
- (B) o *forwarder*;
- (C) o *feller buncher*;
- (D) o *skidder*;
- (E) o caminhão bitrem.

60

Na elaboração de um projeto florestal, é de suma importância estimar e quantificar todos os custos e receitas, assim como o momento em que eles ocorrem. Essas informações trarão mais confiabilidade aos interessados pelo financiamento e condução do projeto, uma vez que será possível calcular o VPL e comparar projetos diferentes.

Considerando que existam duas alternativas de projetos (Projeto 1 e Projeto 2), que ambos possuem o mesmo horizonte de planejamento do ponto de vista econômico e considerando lucro, deve-se escolher o Projeto 1 em detrimento do Projeto 2 se:

- (A) o VPL do Projeto 1 for inferior ao VPL do projeto 2, sendo ambos negativos;
- (B) o VPL do Projeto 1 for inferior ao VPL do projeto 2, sendo ambos positivos;
- (C) o VPL de ambos os projetos forem iguais a zero, com a TIR superior no Projeto 2;
- (D) o VPL do Projeto 1 for superior ao VPL do projeto 2, sendo ambos negativos;
- (E) o VPL do Projeto 1 for superior ao VPL do projeto 2, sendo ambos positivos.

61

A silvicultura urbana é algo muito complexo, principalmente quando o assunto é a arborização de ruas, situação em que estruturas diversas podem entrar em conflito com as árvores, gerando prejuízos superiores ao que se esperava com a presença da vegetação. Devido aos conflitos entre árvores e, principalmente, estruturas de distribuição de energia elétrica, a poda é prática comum na arborização de ruas.

Para a realização da poda, o profissional deve:

- (A) planejar a retirada do máximo de galhos da copa, uma vez que os galhos novos serão mais vigorosos e resistentes;
- (B) planejar a realização de podas mais frequentes, com a retirada de galhos mais finos, o que acelerará o processo de cicatrização;
- (C) planejar que o corte do galho seja feito a cerca de 15 cm de distância de sua inserção com o tronco principal, o que facilitará a operação e evitará danos ao tronco principal;
- (D) planejar a realização do corte em cada galho, de forma que a superfície cortada seja a máxima possível, expondo mais tecido do câmbio, o que acelerará o processo de cicatrização;
- (E) planejar os equipamentos a serem utilizados, com o uso de ferramentas que possuam lâminas de corte, como a tesoura de poda para galhos mais finos e o facão para galhos mais grossos.

62

Para a produção de carvão vegetal à base de eucalipto, um produtor obteve uma produtividade de madeira de 30 m<sup>3</sup> ha<sup>-1</sup> ano, em 20 hectares e um ciclo de 7 (sete) anos. Cada 1,0 m<sup>3</sup> de madeira, quando empilhada, equivale a 1,5 m estéreo de lenha (mst). Cada um dos fornos presentes na propriedade possuirá capacidade para 15 mst de lenha, e, para cada 1,0 mst de lenha que entra no forno, será produzido 0,5 metro de carvão (mdc).

Levando em conta as informações de produtividade e conversões, e considerando que cada forno será utilizado em 20 ciclos de carbonização, o produtor espera obter uma produção de:

- (A) 3150 mdc, sendo necessários 21 fornos;
- (B) 6300 mdc, sendo necessários 300 fornos;
- (C) 4200 mdc, sendo necessários 14 fornos;
- (D) 3150 mdc, sendo necessários 315 fornos;
- (E) 6300 mdc, sendo necessários 315 fornos.

**63**

Com o corte raso e transporte da madeira de um povoamento florestal, o silvicultor deve definir se continuará ou não com a condução da espécie florestal de interesse na respectiva área. Dentre as possibilidades, a talhadia é um sistema silvicultural bastante utilizado na condução de povoamentos florestais no Brasil.

A talhadia é um sistema silvicultural:

- (A) em que ramos de uma determinada espécie são enxertados sobre porta-enxertos de outra espécie;
- (B) de regeneração artificial bastante utilizado na condução de povoamentos de eucalipto;
- (C) de regeneração natural bastante utilizado na condução de povoamentos de *Pinus*;
- (D) de regeneração natural por meio da germinação espontânea de sementes em uma área manejada;
- (E) em que brotações de tocos e ou raízes são manejados a fim de conduzir um novo ciclo.

**64**

Para a recuperação de áreas degradadas por meio do uso de espécies nativas, não basta realizar o plantio propriamente dito da muda em campo. São necessárias algumas etapas antes do plantio, assim como a sua manutenção por determinado período. Para a manutenção de um plantio com espécies nativas em uma área rural sob processo de recuperação de área degradada:

- (A) é proibida qualquer intervenção referente ao controle de plantas daninhas após a realização do plantio;
- (B) é permitida a utilização de herbicida à base de glifosato para o controle de plantas daninhas, desde que o produto seja registrado na Anvisa;
- (C) é proibido o uso de fertilizantes à base de nitrogênio e potássio, uma vez que esses nutrientes são muito móveis no solo;
- (D) é proibido o controle de pragas e doenças, uma vez que, após o plantio, as mudas devem resistir às adversidades do campo;
- (E) é permitido o plantio de mudas de espécies não contempladas no plantio inicial, com o intuito de enriquecimento e ou adensamento.

**65**

Na implantação, manutenção e condução de povoamentos florestais, a correção do solo e práticas de adubação são, muitas vezes, necessárias como forma de corrigir deficiências do solo e disponibilizar nutrientes em quantidades suficientes para suprir a necessidade das plantas, considerando a demanda requerida em função de produtividades esperadas.

No contexto da correção do solo e adubações ao longo do ciclo de uma espécie florestal, o fósforo é um nutriente:

- (A) pouco móvel na planta, pouco móvel no solo e bastante requerido nas fases finais do plantio;
- (B) móvel na planta, pouco móvel no solo e bastante requerido na fase inicial do plantio;
- (C) pouco móvel na planta, móvel no solo e bastante requerido nas fases finais do plantio;
- (D) móvel na planta, móvel no solo e bastante requerido nas fases finais do plantio;
- (E) pouco móvel na planta, pouco móvel no solo e bastante requerido na fase inicial do plantio.

**66**

No planejamento para destinação dos produtos obtidos a partir da colheita em um povoamento florestal, o produtor pode tentar comercializar os produtos para diferentes usos, obtendo o máximo retorno econômico com a comercialização de toras grossas para fins mais valorizados, enquanto toras de dimensões medianas e mais finas seriam comercializadas por um valor menor.

Á técnica utilizada por engenheiros florestais para estimar a quantidade de madeira em cada uma das classes de diâmetro que o mercado pode absorver chama-se:

- (A) censo florestal;
- (B) função de afilamento;
- (C) relação hipsométrica;
- (D) amostragem estratificada;
- (E) modelo misto.

**67**

A produtividade de povoamentos florestais é influenciada por uma série de fatores. Destes, alguns podem ser modificados dentro de certos limites, enquanto outros dificilmente são passíveis de modificação. O potencial de produtividade de uma área pode ser expresso por meio do seu índice de sítio.

O índice de sítio é obtido a partir:

- (A) da altura da árvore mais alta de um povoamento, medida na idade índice;
- (B) do incremento corrente anual (ICA) volumétrico, avaliado na metade da idade de corte;
- (C) da altura média das árvores dominantes de um povoamento, medida em uma determinada idade;
- (D) do diâmetro médio das árvores de um povoamento, medido na idade de rotação para determinado uso;
- (E) da soma das áreas de copa de todos os indivíduos presentes em uma determinada área na ocasião em que há o fechamento de copa.

**68**

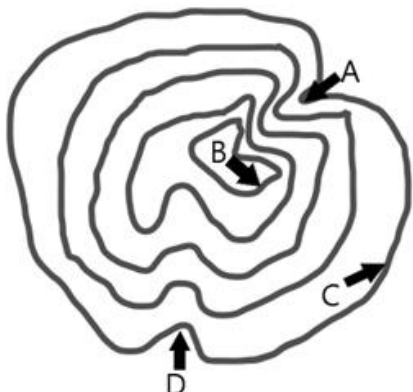
A teoria da biogeografia de ilhas, idealizada e muito aplicada para ilhas, também tem sido muito utilizada em referência a qualquer *habitat* que esteja isolado por um ambiente inadequado às espécies presentes na "ilha".

A teoria da biogeografia de ilhas parte do princípio de que:

- (A) quanto menor a ilha, menor será a extinção de espécies ao longo do tempo;
- (B) o número de espécies encontradas em uma ilha é determinado pela imigração e pela extinção;
- (C) quanto maior a ilha e menor a sua distância em relação ao continente, menor será a taxa de imigração para a referida ilha;
- (D) a imigração para uma ilha próxima ao continente é nula, devido ao movimento contrário da ilha para o continente;
- (E) a imigração e a extinção não dependem do tamanho da ilha, mas sim de sua distância para o continente.

69

Profissionais que analisam o ambiente devem saber interpretar mapas, esquemas, figuras e tabelas, tais como a imagem que ilustra cinco curvas de nível em uma determinada área.



Com base na interpretação da imagem e considerando que os pontos A, B, C e D estejam sobre duas das cinco curvas de nível existentes, conforme apontado pelas setas, é correto afirmar que:

- (A) os pontos A, B, C e D estão na mesma isoípisa;
- (B) os pontos A e D possuem a mesma altitude, mas são diferentes de B e C;
- (C) a altitude do ponto A é mais próxima da altitude do ponto B do que da altitude do ponto D;
- (D) a inclinação entre os pontos A e B é superior à inclinação entre os pontos C e B;
- (E) a diferença de altitude entre os pontos C e B não equivale à diferença de altitude entre os pontos D e B.

70

Os incêndios florestais são eventos cada vez mais frequentes. Nas condições brasileiras, eles se concentram entre os meses de maio a outubro, ocasionando inúmeros prejuízos ambientais e econômicos, como a perda de *habitat*, queima de culturas agrícolas, pastagens, morte de animais e mesmo de pessoas. Entender a dinâmica dos incêndios é muito importante como ferramenta para evitar que se iniciem e que se propaguem. Dentre os fatores que interferem na propagação de um incêndio florestal, é correto afirmar que:

- (A) o vento tende a reduzir a velocidade de propagação de incêndios;
- (B) a velocidade de propagação do incêndio é diretamente proporcional à quantidade de material combustível;
- (C) a umidade do material combustível é diretamente proporcional à velocidade de propagação do incêndio;
- (D) a velocidade de propagação do incêndio é inversamente proporcional à temperatura do ambiente;
- (E) o incêndio, em um terreno declivoso, se propaga mais rapidamente do topo para as partes mais baixas do que destas para o topo.

71

O Brasil é formado por diferentes biomas, que apresentam características diversas, abrigando tipos diferentes de vegetação e animais. No entanto, não é possível demarcar linhas exatas; por exemplo, não é possível delimitar com precisão onde termina a Mata Atlântica e se inicia o Cerrado, existindo uma faixa de transição entre eles.

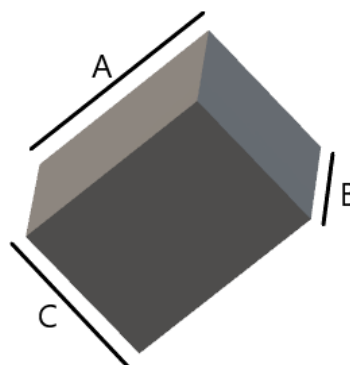
A faixa de transição entre dois biomas é denominada:

- (A) ecótono;
- (B) *hotspot*;
- (C) ilha de transição;
- (D) linha de talvegue;
- (E) matriz vegetacional.

72

A madeira é historicamente utilizada pela humanidade em diversas situações. No entanto, ao utilizarmos esse material em certas ocasiões e para determinados objetivos, a sua característica de anisotropia pode gerar uma série de inconvenientes, principalmente em locais em que a umidade do ambiente interfira nas suas dimensões ao longo do tempo, seja pela absorção ou pela perda de água. Esses acontecimentos podem variar de local para local e em função do tipo de madeira utilizada.

Em relação a esse tema, analise a imagem a seguir, que é a representação tridimensional de uma peça de madeira, ilustrando três planos.



Com base na observação da peça de madeira ilustrada acima e considerando sua característica anisotrópica, é correto afirmar que os lados A, B e C terão suas dimensões aumentadas:

- (A) igualmente quando a peça de madeira absorver água do ambiente, desde que ela esteja com umidade abaixo do ponto de saturação das fibras;
- (B) igualmente quando a peça de madeira absorver água do ambiente, desde que ela esteja com umidade acima do ponto de saturação das fibras;
- (C) de maneira desigual quando a peça de madeira absorver água do ambiente, desde que ela esteja com umidade abaixo do ponto de saturação das fibras;
- (D) de maneira desigual quando a peça de madeira absorver água do ambiente, desde que ela esteja com umidade acima do ponto de saturação das fibras;
- (E) de maneira desigual quando a peça de madeira absorver água do ambiente, independentemente da umidade inicial da peça.

**73**

Ao trabalhar com imagens em sistemas de informações geográficas (SIG), em geral são utilizados os modelos matricial e vetorial, ambos para representações gráficas no ambiente digital. Sobre esses modelos, é correto afirmar que:

- (A) no modelo matricial, o espaço terrestre é representado por um número de vértices de coordenadas XY;
- (B) no modelo vetorial, se o vetor apresentar apenas um par de coordenadas, ele é chamado de linha;
- (C) no modelo vetorial, a representação gráfica pode ser feita apenas por meio de linhas e polígonos;
- (D) no modelo matricial, ao visualizar duas imagens na mesma escala, a de maior resolução espacial apresenta pixels de menor tamanho;
- (E) no modelo vetorial, um polígono pode ser obtido a partir da existência de três vértices, desde que o primeiro e o último não coincidam.

**74**

A madeira pode ser utilizada de diversas formas, por exemplo, como lenha, produção de carvão ou de celulose e papel, para fabricação de móveis e na construção civil. Em várias situações, é possível utilizar madeira maciça ou painéis.

Em relação aos diferentes tipos de painéis, é correto afirmar que:

- (A) MDF é um painel de partículas de média densidade, em que as partículas são posicionadas de forma diferenciada, com as maiores dispostas ao centro e as mais finas nas superfícies, formando camadas;
- (B) HDF é um painel de partículas de alta densidade, em que as partículas são aglutinadas entre si com resina, altas temperaturas e baixa pressão;
- (C) compensado é um composto de lâminas de madeira sobrepostas na mesma direção, em número ímpar de camadas, unidas por adesivos por meio de pressão e calor;
- (D) OSB é um painel composto por pequenas lascas de madeira, orientadas em camadas cruzadas, seguindo uma determinada direção;
- (E) a principal diferença entre os processos de produção de MDF e HDF está no tamanho dos fragmentos de madeira utilizados; enquanto o primeiro utiliza partículas, o segundo utiliza fibras.

**75**

A Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017, dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal, além de instituir mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União e dar outras providências.

A Regularização Fundiária Urbana (Reurb) abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação:

- (A) dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes;
- (B) dos núcleos urbanos formais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes;
- (C) dos núcleos urbanos formais ao ordenamento territorial urbano ou à titulação de seus ocupantes;
- (D) dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e/ou à titulação de seus ocupantes;
- (E) dos núcleos urbanos formais ao ordenamento territorial urbano e/ou à titulação de seus ocupantes.

**76**

A importância de conservar as espécies vegetais e da fauna vai muito além do fato de manter a diversidade nos ambientes naturais. As relações que as espécies mantêm entre si demonstram o quanto a conservação é importante. No entanto, para estudar a diversidade de espécies e atuar no sentido de sua conservação, é preciso diferenciar alguns conceitos.

Em ecologia, o conceito de população é definido como:

- (A) o conjunto de organismos da mesma espécie que vivem em diferentes áreas e não interagem entre si;
- (B) o conjunto de organismos de diferentes espécies que vivem em diferentes áreas, mas interagem entre si;
- (C) o conjunto de organismos da mesma espécie que vivem em uma área específica e interagem entre si;
- (D) o conjunto de organismos de diferentes espécies que vivem em uma área específica e interagem entre si;
- (E) o conjunto de organismos de diferentes espécies que vivem em diferentes áreas e não interagem entre si.

**77**

A amostragem é algo rotineiro no setor florestal, sendo exemplos a amostragem casual simples e a amostragem casual estratificada.

Em termos de inventário florestal, considerando uma determinada precisão, os dois tipos de amostragem citados, mesmo tamanho de amostras e custos, é correto afirmar que:

- (A) quanto maior o número de parcelas, mais eficiente será o inventário;
- (B) na amostragem casual estratificada, uma mesma parcela pode pertencer a dois estratos diferentes;
- (C) em áreas mais heterogêneas, a amostragem casual simples precisará de menor número de parcelas que a amostragem casual estratificada;
- (D) a amostragem estratificada apresenta menor erro de amostragem, propiciando estimativas da produção por estrato e para a população;
- (E) a estratificação é uma forma de dividir a floresta em estratos menores de igual tamanho, tendo como critério o tamanho máximo de estratos definido na literatura para cada tipo de fitofisionomia.

**78**

Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente.

O proprietário de um imóvel rural localizado na Amazônia Legal, que possua 10 000 hectares, sendo 60% em área de florestas e 40% em área de cerrado, deverá manter a título de Reserva Legal:

- (A) 2000 ha;
- (B) 3500 ha;
- (C) 5600 ha;
- (D) 6200 ha;
- (E) 8000 ha.

**79**

Nos trabalhos de inventário florestal, a utilização de parcelas amostrais e a medição de determinadas características objetivam estimar a produtividade da floresta de forma eficiente.

Dentre as possibilidades utilizadas e considerando a operacionalidade do processo, silvicultores utilizam a relação hipsométrica, que visa a estimar:

- (A) o volume de madeira a partir da medição do diâmetro à altura de 1,3 m;
- (B) o volume de madeira a partir da medição da altura total da árvore;
- (C) a altura total da árvore a partir da medição da altura do fuste comercial;
- (D) o diâmetro à altura de 1,3 m a partir da medição da circunferência à altura de 1,3 m;
- (E) a altura total da árvore a partir da medição do diâmetro à altura de 1,3 m.

**80**

Dentre os métodos silviculturais utilizados para a implantação florestal, o controle de plantas daninhas é oneroso e requer muito conhecimento técnico. Dentre as alternativas existentes, o controle químico por meio da aplicação de herbicidas tem sido bastante utilizado. No entanto, existem diferentes produtos, com princípios ativos que agem de formas distintas e controlam com maior ou menor eficiência determinados grupos de plantas.

Considerando os diferentes tipos de herbicidas, é correto afirmar que:

- (A) com relação à mobilidade na planta-alvo, o herbicida pode ser sistêmico ou de contato;
- (B) com relação à seletividade, um herbicida pode ser não-seletivo e de espectro amplo;
- (C) com relação ao momento de aplicação, os herbicidas devem ser aplicados após a emergência das plantas daninhas;
- (D) com relação à mobilidade na planta, um herbicida sistêmico é aquele em que o herbicida não precisa entrar em contato com partes da planta;
- (E) com relação à seletividade, um herbicida não seletivo não deve ser aplicado no controle de plantas daninhas de uma cultura que seja suscetível ao seu princípio ativo.

**PROVA DISCURSIVA**

---

O futuro do planeta Terra está se voltando para os demais planetas do sistema solar. Um assessor do novo presidente americano diz ter a intenção de chegar a Marte em pouco tempo, preocupação que também mostra a China. Ocorre, porém, que essas conquistas custam milhões e milhões de dólares, que poderiam ser empregados para a solução de problemas terrenos. Afinal de contas, as conquistas espaciais são um bom investimento, ou não? Que ganho poderíamos ter com elas?

Diga o que pensa a respeito do tema, elaborando um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem culta, com no mínimo 20 e no máximo 30 linhas.

Valor: 40 pontos.

1

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

RASCUNHO



Realização

